

“MANGALARGA MARCHADOR, O MAIS BRASILEIRO DOS EQUINOS”: UM ESTUDO SOBRE RELAÇÕES DE TROCA E PARENTESCO ESTABELECIDAS A PARTIR DA CRIAÇÃO DE CAVALOS¹

*Victoria Alves Junqueira (UFJF)*²

Palavras Chaves: Parentesco; relações de troca; criação de cavalo

A raça de cavalos Mangalarga Marchador é considerada a “raça brasileira” e sua origem remete a aproximadamente 200 anos no sul de Minas Gerais, em especial na comarca do Rio das Mortes. A história do cavalo se confunde com as histórias das famílias detentoras de terras no Sul de Minas; como os Junqueira, Resende, Andrades, Meirelles, Reis, Ferreira, entre outras, que se dedicaram a agropecuária, geralmente a criação de gado leiteiro e cavalos para trabalho. Mais especificamente, o surgimento da raça é atribuída por essas famílias, nas lembranças que contam, ao Barão de Alfenas, Gabriel Francisco Junqueira, na fazenda Campo Alegre, e a seu sobrinho José Frausino Junqueira, conhecido por ser um apreciador da caça aos veados (ABCCMM, 2019; BORTONI, 1990; CABRAL, G. C. et al, 2004; CASIUCH, 2016).

Na versão oficial adotada pela Associação Brasileira de Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador, Gabriel Francisco Junqueira teria recebido por volta de 1812 um garanhão da raça Alter de presente do imperador e teria cruzado este animal com as éguas da fazenda, sendo na maioria das raças Berbere e Andaluz. Teria sido este cruzamento original que deu origem às bases do cavalo Mangalarga Marchador. As características que teriam sido procuradas com esse tipo de cruzamento entre os animais seriam: a comodidade no andamento, o que mais tarde resultaria no que conhecemos hoje como marcha; e a resistência, o que fez com que a raça se tornasse popular entre os fazendeiros no Sul de Minas, pois os animais eram utilizados, principalmente, como meio de transporte para as tarefas diárias da propriedade e em atividades de lazer, em especial a caça. Em 19 de Maio de 2014, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.975, que declara “a raça de cavalos Mangalarga Marchador, a raça nacional” (ABCCMM, 2019; BORTONI, 1990; CABRAL, G. C. et al, 2004; CASIUCH, 2016).

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

² Mestranda pelo programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

A Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador (ABCCMM) é responsável pela regulamentação de criadores, animais e afixos³, além de ser uma entidade sem fim lucrativos regulamentada pelo ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Foi criada em 16 de julho de 1949, durante uma reunião realizada em Caxambu, e hoje possui sede em Belo Horizonte, no parque da Gameleira, onde acontecem vários eventos da raça, sendo que o maior é a exposição nacional. Esta instituição é considerada a maior associação de criadores de uma única raça de cavalos da América Latina, congregando hoje mais de 19 mil associados, 70 núcleos e associações de criadores nos estados. São realizados entorno de 240 eventos oficiais anualmente e a prática gera aproximadamente 40 mil empregos diretos e mobiliza algo entorno de 200 mil pessoas indiretamente em todo o país (ABCCMM, 2019).

As competições oficiais são divididas entre exposições e copas de marcha, já os chamados “poirões” acontecem por fora com juízes não oficiais e sem nenhum registro na “ficha” do animal – voltarei ao assunto mais adiante. O evento mais importante da raça é a Exposição Nacional que ocorre todos os anos em Belo Horizonte entre os meses de julho, agosto e setembro. A primeira exposição ocorreu no ano de 1982 e contou com 413 animais e 182 expositores e a mais recente, do ano de 2018, contou com a participação de 1502 animais e 601 expositores. Para participar é necessário que o animal tenha sido campeão em alguma exposição oficial durante o último ano. Atualmente, após a realização da Exposição Nacional são disponibilizados rankings dos melhores expositores e criadores. (ABCCMM, 2019).

Dito isso, vale ressaltar que esta breve reflexão é fruto de uma pesquisa etnográfica maior, que versa sobre a presença das mulheres no mundo do Mangalarga. Durante esta pesquisa passei a entender a necessidade de pensar mais a fundo as relações entre a constituição das famílias e a formação da raça, já que estas instâncias aparecem como polos indissociáveis. De maneira que me proponho a investigar neste trabalho os fundamentos desta complexa e íntima relação entre núcleos familiares presentes no sul de Minas durante este período e suas relações com a criação de cavalos.

Para tanto procuro me debruçar sobre as narrativas presentes em livros que buscam reconstruir a história da raça de cavalos Mangalarga Machador e destas famílias.

³ Os afixos são as marcas dos proprietários. Geralmente os animais são marcados com ferro quente ou, mais recentemente, nitrogênio. Ter o animal marcado com o símbolo da raça é parte do processo de registro do animal na ABCCMM e comumente, neste momento, marca-se também o “afixo” da fazenda.

Um fator importante para a escolha dos textos foi sua relevância para o meio. Todas as três obras foram adquiridas no Museu Nacional do cavalo Mangalarga Marchador e são utilizados como referência para a forma com que esta história é apresentada aos visitantes. O Museu Nacional do cavalo Mangalarga Marchador está localizado na cidade de Cruzília, na antiga casa da Bela Cruz⁴. Vale destacar que todos estes textos foram escritos por homens que são renomados criadores de cavalos.

O primeiro livro que compõe o material a ser analisado é chamado “*Mangalarga Marchador e os outros cavalos de sela no Brasil*” e foi escrito Rosaldo F. Bortoni, juiz da ABCCMM e criador de cavalos. É um dos, se não o, primeiro exercício de sistematização do conhecimento sobre a origem desta raça. Bortoni conta então a história do cavalo a partir das famílias e fazendas presentes naquele contexto. De forma que, em sua tentativa de criar uma história da raça Mangalarga, as relações familiares são desenhadas e entrelaçadas para e com as criações.

Já no segundo, intitulado: “*As Costelas do Abismo: os mais influentes garanhões do século XX na raça Mangalarga Marchador*”, Ricardo L. Casiuch, proprietário do criatório da fazenda Campos dos Pinhão e autor de diversos livros sobre o Mangalarga Marchador, busca evidenciar as relações entre os atuais reprodutores ranqueados pela ABCCMM e famosos reprodutores de outrora. Para tanto, o autor se debruça sobre a formação de cavalos, considerados fundamentais para a transmissão de características marcantes a raça. Assim, neste exercício, quase genealógico, fica claro o constante fluxo entre diferentes fazendas e de que maneira isso contribuiu para o estabelecimento de uma única raça.

No terceiro, sob uma perspectiva diferente dos anteriores, o herdeiro de um plantel⁵, Francisco Darci Meirelles Junqueira, visa contar a história da criação de sua família, tendo como base a casa, ou a fazenda, em que estas relações eram constituídas. Assim, “*Bela Cruz: Rastros de uma memória (1810-2010)*” é na verdade uma história de família, imensamente perpassada pela história do cavalo. De forma que esta narrativa aparece como mediadora dos outros dois textos.

O exercício que proponho aqui foi motivado pela existência de um sistema de trocas entre essas famílias, seja pensando os cavalos, pessoas ou propriedades rurais.

⁴ A cidade não está localizada onde era o local da fazenda, mas os donos da propriedade construíram uma casa na cidade tendo como base a casa grande da fazenda.

⁵ Segundo o dicionário online brasileiro, plantel significa grupo de animais de qualidade ou grupo de animais selecionados.

Assim, busco estabelecer uma ligação entre este sistema de trocas e a constituição de parente entre estes núcleos a partir destas trocas, com base principalmente nos relatos já citados acima. Assim, além de caracterizar o que podemos entender como sendo este sistema de trocas, procuro também demonstrar as relações que podem ser desenvolvidas através deste sistema.

1. “O NOSSO CAVALO”

Em “*Mangalarga Marchador e os outros cavalos de sela no Brasil*”, Rosaldo F. Bortoni faz o primeiro exercício de trazer para o papel a história do que conhecemos hoje como a raça de cavalos Mangalarga Marchador. Segundo Bortoni, sua tentativa de sistematizar os conhecimentos transmitidos oralmente pelos criadores de cavalos da raça vem da necessidade de que o criador passe a conhecer a história de formação da raça e princípios de equitação, estes que para o autor são os princípios fundamentais do “bom criador”.

Como o próprio autor destaca, o exercício empreendido por ele neste livro vem da necessidade de criar um texto escrito que registre todas as histórias oralmente disseminadas entre os criadores de cavalo Mangalarga Marchador. O texto divide-se em trinta capítulos em que o autor nos fala sobre a história da raça, as características do animal e princípios básicos de equitação. Além de ser a primeira obra produzida sobre a origem da raça, Bortoni ainda questiona certos aspectos de destaque na história da raça, como o papel do barão de Alfenas e do cavalo Alter⁶. Nas palavras do autor:

“Muitas e muitas vezes já ouvi de quem pretenda iniciar-se na criação do Mangalarga Marchador a pergunta do que ele tem para consultar, para informar-se sobre a raça. Quase nada, invariavelmente é a resposta. Por isso resolvi transmitir o que venho aprendendo nos meus anos como criador. Talvez possa ser de alguma utilidade para alguém” (BORTONI, Pg. 1).

De acordo com o autor, a origem dos primeiros equinos que seriam conhecidos pela denominação Mangalarga⁷ se deu durante o fim dos anos 1700 e início dos anos 1800. É de suma importância destacar que a função da raça é inconcebível sem se pensar

⁶ O cavalo Alter ou Alter-real é uma raça de cavalos portuguesa, inicialmente desenvolvida na coudelaria Alter-Real para servir a realeza. Existem controvérsias sobre a raça Mangalarga Marchador ser descendente da raça Alter, mas está continua sendo a versão oficial adotada pela ABCCMM.

⁷ Inicialmente não havia a subdivisão entre o Mangalarga Machador e o Mangalarga Paulista. Mesmo que os animais ainda possuam semelhanças, a característica mais marcante do Marchador é a marcha.

a história das famílias que habitavam a região do Sul de Minas, logo, não existia um cavalo Mangalarga Marchador antes destas famílias ocuparem estes espaços e passarem a buscar a seleção de um animal que correspondesse suas necessidades específicas, ligadas a comodidade ao cavalgar e a prática de caçadas, além de preferências pessoais.

Bortoni ressalta a posição de destaque de duas “ilhoas”⁸, Helena Maria e Júlia Maria da Caridade, que ao migrarem para o Brasil e casarem-se aqui com Portugueses que já haviam migrado anteriormente, seus descendentes dedicaram-se a criação de equinos nessa região. A união de Helena Maria e João de Resende Costa gerou descendentes que foram responsáveis pelo surgimento da raça de jumentos Pega e da raça de cavalos Campolina e instalaram-se na região da comarca de Rio das Mortes. Assim, o estabelecimento destes núcleos familiares está ligado ao surgimento de diferentes propriedades rurais ligadas a diversas atividades agropecuárias, como a criação de gado leiteiro, a exploração de minérios e a ocupação da região. De forma que a criação de equinos é derivada destas atividades. Logo, os jumentos Pega e os cavalos Campolina surgiram em uma região em que a atividade mais comuns estavam ligadas a mineração.

Já o surgimento do Mangalarga Marchador, segundo o autor, se deu pelo casamento de Helena Maria do Espírito Santo, descendente de Júlia Maria da Caridade, e João Francisco Junqueira, que aderiu esse sobrenome em referência ao nome de sua aldeia de origem. Nesta região não havia extração de minérios, assim, João Francisco Junqueira dedicou-se a agropecuária, em especial criação de gado leiteiro. As necessidades colocadas por estas atividades econômicas, assim como a busca por um meio de transporte eficiente, fizeram com que ele se dedicasse à criação de equinos “para o trabalho”.

Após esta união que o então chamado patriarca da família Junqueira, João Francisco Junqueira, passa a dedicar-se a atividades agropecuárias, como a criação de gado leiteiro e equinos. Os descendentes diretos do casal se estabeleceram nas fazendas da região de Baipendi, São Tomé das Letras e Carrancas. Por meio das trocas de “raças” e da seleção de animais voltada para o andamento que proporcione um maior conforto para o cavaleiro, as especificações da raça Mangalarga Marchador foram se desenvolvendo. Segundo Bortoni, é do cruzamento de animais que já existiam na região,

⁸ Mulheres cuja descendência aponta para famílias advindas da ilha de Fayal, Arquipélago de Açores em Portugal.

que seriam muito provavelmente da raça Berbere⁹, e em buscas de melhorar características de andamento que favorecessem a comodidade, que surge o Marchador.

Um das principais contribuições de Bortoni para a história escrita do Mangalarga Marchador está na formalização das “linhagens de base” e as “linhagens de tradição”. Após o autor consolidar essa denominação, ela foi utilizada amplamente por todos os escritores posteriores e adotada como “oficial” pela ABCCMM, de forma que para ele todos os outros animais da raça surgiram a partir de inter cruzamento dessas linhagens. As linhagens de base são as principais linhagens de cavalos da raça e cada uma está ligada a uma propriedade e/ou criador, ou seja, em cada uma delas havia especificações dos animais que eram mais valorizadas frente as outras. Na forma com que são apresentadas por Bortoni, as linhagens de base podem ser entendidas da seguinte forma:

- Fazenda Favacho: A origem dessa linhagem está atrelada a João Francisco Junqueira Filho e seu filho José Frausino Junqueira que buscavam “cavalos bons de sela, cômodos, mais ligeiros, cavalos “prontos”” (BORTONI, Pg. 15). O reprodutor que o autor aponta como mais importante dessa linhagem foi um cavalo chamado Fortuna, sendo este um animal que é responsável por várias características fundamentais da raça hoje;
- Fazenda Traituba: os animais possuem fortes semelhanças com a fazenda Favacho e influenciaram na formação dos animais da Fazenda Angahy. O início da criação desses equinos neste local se deu por meio do casamento de José Frausino Fortes Junqueira e uma filha de João Pedro Diniz Junqueira;
- Fazenda Campo Lindo: A criação nesta fazenda teve origem após o casamento de João Bráulio Fortes Junqueira, filho de José Frausino Junqueira, e sua prima Gabriela Vitalina Diniz Junqueira. Conhecida por ser uma “tropa de grande refinamento e expressão racial, sem se descuidar das qualidades funcionais” (BORTONI, Pg. 16). O reprodutor de maior relevância para a raça desde criatório foi Beline, nascido em 1901.
- Fazenda Narciso: Criatório de propriedade de Antônio Gabriel Junqueira, filho de Gabriel Francisco Junqueira.

⁹ Raça de cavalos da Berbéria, região situado entre a Líbia e o Marrocos. Geralmente associados aos povos Berberes.

- Fazenda Angahy: A criação dos cavalos Mangalarga Marchador aqui foi iniciada por Cristiano dos Reis Meirelles.
- Fazenda Campo Alegre: Esta propriedade foi primeiramente do chamado patriarca da família, João Francisco Junqueira, e posteriormente de seu filho Gabriel Francisco Junqueira, conhecido como Barão de Alfenas.

As linhagens de tradição são derivações das linhagens de base. As linhagens de tradição são aquelas que se ligam as seguintes propriedades/ criadores: Abaíba, Ara, Bela Cruz, FR, Herdade, Itamotinga, Passa Tempo, Porto, Tabatinga, Engenho da Serra, Juca Carneiro, Criminosos, Leme e Agua Limpa. O autor não detalha o surgimento dessas derivações, somente as atribui às linhagens citadas anteriormente. No trecho citado a seguir, Bortoni mensura o papel dos fazendeiros para a formação da raça.

“A formação do MM se deveu basicamente ao trabalho da família Junqueira. Mas sua consolidação se fez com o trabalho de grande número de pessoas. É provável que essas pessoas talvez nem estivessem imbuídas da importância que viriam a ter os animais que criavam. Eram fazendeiros que precisavam de cavalos para o trabalho. Gostavam daqueles animais que ofereciam conforto ao cavaleiro, e os criavam. Cada qual colaborou com uma pequena parcela para a fixação dos caracteres raciais e para maior divulgação da raça” (BORTONI, Pg. 27).

Grande parte dos criadores credita a origem do cavalo Mangalarga Marchador ao Barão de Alfenas e a utilização em suas tropas de um garanhão¹⁰ Alter – esta versão também é assumida pela ABCCMM – que teria sido um presente do então imperador. Bortoni crítica esta visão, não menosprezando a partição do Barão de Alfenas para a formação da raça, mas afirmando que as características do Mangalarga Marchador não remetem a raça de cavalos Alter. Ele contrapõe relatos sobre o período e fatos históricos para questionar a suposta função do cavalo Alter. Segundo Bortoni, o cavalo que realmente teve a função atribuída ao garanhão Alter foi na verdade de Fortuna, já que dele descenderiam os principais reprodutores da raça.

Dessa maneira, para o autor, Gabriel Francisco Junqueira e José Frausino foram os grandes responsáveis pela formação da raça, em grande medida devido ao cavalo Fortuna. De maneira que ao Barão de Alfenas foi atribuído apenas o papel de responsável pela divulgação e disseminação da raça. O autor aponta também para adesão do nome

¹⁰ Cavalo macho utilizado como reprodutor.

Mangalarga como uma consequência de cavalos vendidos pelo Barão de Alfenas para um criatório de cavalos no Rio de Janeiro, chamado Mangalarga. Com o começo da disseminação, muitos criadores passam a visitar as fazendas criadoras de cavalos no Sul de Minas em busca dos famosos cavalos que eles haviam conhecido na fazenda Mangalarga, localizada no estado do Rio de Janeiro.

Bortoni apresenta ainda em sua obra a fundação da ABCCMM, inaugurada em 14 de Setembro de 1948 em Caxambu após uma reunião de criadores que buscavam se organizar e estabelecer regras para criação e registro dos animais.

2. “O NOSSO SANGUE”

Diferente do que foi proposto por Bortoni, Ricardo L. Casiuch em “*As Costelas do Abismo: os mais influentes garanhões do século XX na raça Mangalarga Marchador*” busca em seu texto reconhecer traços genealógicos que liguem os atuais garanhões reconhecidos pelo ranking da ABCCMM a àqueles que foram responsáveis pela formação da raça. O livro é de 2016 e conta com nove capítulos em que o autor se dedica a pensar os caminhos genéticos da raça desde seus grandes garanhões do início do século XX até o ranking de principais reprodutores de 2016 da ABCCMM.

Cheio de imagens e árvores genealógicas dos animais, este livro também possui trechos de textos produzidos por outros criadores, dando informações sobre o surgimento da raça, as linhagens, assim como seus núcleos de criadores e o surgimento da própria associação. A proposta apresentada no livro é entender a história da raça a partir de seus reprodutores. “O que é ser um **ganhão influente**?”, está é a primeira pergunta feita e também respondida pelo autor. Assim, ser um ganhão influente para ele é justamente aquele animal que traçou uma herança genética dos primórdios para a raça hoje, já que essa influência se mede por sua progênie, ou seja, seus filhos.

Na obra, o autor coloca em destaque o papel de Gabriel Francisco Junqueira, o barão de Alfenas, e de seu cavalo Alter Real, que seria presente do imperador, para a formação do cavalo Mangalarga Marchador. As características de destaque na raça, apontadas por Casiuch, são a resistência física, a docilidade, a inteligência e a coragem do animal. Outro ponto destacado pelo autor está relacionado as fortes ligações entre a história dos cavalos, a histórias das famílias sul-mineiras e a própria história do Brasil, especialmente durante o ciclo do ouro.

As linhagens aparecem com um destaque importante na obra de Casiuch. Segundo ele, foi a partir da família Junqueira e seus vizinhos que teve a origem dessa raça de cavalos nacionais, mas ele não destaca as linhagens com base nas fazendas ou nos criadores, mas sim no que seriam para ele os seis principais reprodutores da raça neste período.

O autor denomina esta classificação como “Linhagens Masculinas”, estes reprodutores chamados de “chefes de linhagens” foram: Fortuna, Joia da Chamusca, Sublime, Gregório, Telegrama e Rosilho/Abismo. É importante notar que esta forma de divisão não é a mesma apresentada por Bortoni, já que vários desses reprodutores influenciaram os plantéis de mais de uma fazenda. Segundo o autor, mesmo que estes animais não apresentassem eles mesmos as características desejadas pelos criadores, o que se destaca é sua capacidade de transmitir aos seus filhos estes aspectos.

Conforme o autor, o primeiro potro Fortuna foi adquirido por José Frausino Junqueira, da Fazenda Favacho, por 150 mil-réis em 1835. Viveu por mais de vinte anos nesta fazenda e na qual deixou algumas éguas, que não são nomeadas no texto, e três cavalos como descendentes e depois foi levado por Francisco Marcolino Diniz Junqueira, apelidado de “Capitão Chico”; que era sobrinho de José Frausino Junqueira e filho de Francisco Antônio Junqueira, para a Fazenda Invernada em São Paulo. Na fazenda Invernada teve uma ampla contribuição no plantel e em dois cavalos que continuaram sua linhagem, Telegrapho e Baio Escuro. Desses dois, Baio Escuro possuía destaque devido ao seu ótimo adiantamento, tornando-se montaria particular de Maria de Paula, esposa de “Capitão Chico”.

Casiuch apresenta as origens do reprodutor Joia da Chamusca como uma troca de éguas e garanhões entre João Alves de Gouveia da fazenda Chamusca e seu vizinho Gabriel José Junqueira da fazenda Atalho. Este reprodutor foi também por vezes emprestado a Francisco Marcolino Diniz Junqueira e estes laços se estendem também até a fazenda Favacho. Conforme nos conta o autor, um dos casos de maior destaque do cavalo Joia da Chamusca envolve ele ter vencido uma disputa em uma pista de 500 metros contra um cavalo corredor de Martinico Prado e este teria buscado a revanche. A revanche teve lugar no casamento de duas filhas do “Capitão Chico”, Helena com Antônio Torquato Fortes Junqueira e Genoveva com José Frausino Junqueira Netto. Para o evento, foi construída uma pista de mil metros e a vitória de Joia da Chamusca foi confirmada, gerando uma maior fama ao animal.

Um dos animais destacados pelo autor em que a origem é um tanto desconhecida é o cavalo chamado Sublime. Apenas uma suposição, não confirmada, de que este possuía uma origem Árabe e teria vindo de Portugal com a comitiva de Dom João VI, em 1808. A propriedade de seus descendentes está ligada a João Francisco Diniz Junqueira, irmão do “Capitão Chico”, na fazenda Melancias, e Antônio Pereira de Castro, em Tambaú, SP. Além disso, uma de suas filhas teria sido cruzada com Telegrama Velho, outro cavalo dos chamados pelo autor de chefes de linhagens.

Gregório, de acordo com Casiuch, foi comprado por José Frausino Junqueira para fazer parte do cerimonial de seu casamento¹¹. Também contribuiu para a formação do plantel da fazenda Favacho, seus filhos eram caracterizados principalmente por seus pescoços compridos, pelos finos e crinas transparentes. Sua origem também está ligada ao cavalo Sublime.

Telegrama Velho, como apresentado pelo autor, teria sido criado na fazenda Cafundó por Francisco de Andrade Junqueira, conhecido pelo apelido “Chiquinho do Cafundó”, que era o filho mais novo do Barão de Alfenas. Quando Francisco Antônio Junqueira, que criava cavalos em São Paulo, e seu filho João Francisco Diniz Junqueira, da fazenda Melancias em Uberaba, estiveram no Sul de Minas e descobriram sobre a recém popularização do cavalo Sul Mineiro entre ricos fazendeiros do Rio de Janeiro, ocasionado pela relação entre o Barão de Alfenas e o proprietário da fazenda Mangalarga de Petrópolis, eles resolveram adquirir este cavalo de “Chiquinho do Cafundó” visando reforçar os laços consanguíneos com estas linhagens. Dessa maneira, Telegrama Velho possui grande influência em todos os três planteis. Outro de seus principais descendentes também pode ser encontrado entre os cavalos de Francisco Orlando Diniz Junqueira, filho do “Capitão Chico” e fundador da cidade de Orlândia.

De propriedade de Antônio Gabriel Junqueira, filho do Barão de Alfenas, da fazenda Narciso vem o último dos “grandes chefes da raça”, da forma como é apresentado por Casiuch. Rosilho/Abismo foi responsável por influenciar vários dos criatórios citados anteriormente. Dentre os seus vários descendentes de destaque para a raça podemos destacar seu neto, Beline JB, nascido em 1901, que representa um encontro entre descendente do cavalo Fortuna, Joia da Chamusca e de Rosilho/Abismo.

¹¹ De acordo com Casiuch havia neste período o costume do noivo chegar a cerimonia acompanhado por um conjunto de amigos e montado a cavalo.

Somente após está análise detalhada sobre os grandes garanhões responsáveis pela formação do que conhecemos como cavalo Mangalarga, seja o Marchador ou o Paulista, é que Casiuch apresenta as linhagens de base e tradição assim como apresentadas por Bortoni, a partir de um texto elaborado por criadores fundadores do “Núcleo do Sul de Minas de Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador”, do qual Bortoni era um dos autores.

O texto continua com o intuito de relacionar os cavalos que vemos hoje no Mangalarga Marchador e suas heranças apresentadas a cima. Vale destacar que o livro conta com um belo arsenal de material de depoimento dos criadores, seja em forma de entrevistas ou cartas¹². Neles os atuais criadores tem a possibilidade de contar um pouco da história de seu criatório e nesses relatos, ainda mais do que nos textos aqui apresentados, é possível perceber a intensa relação de parentesco e proximidade entre os diferentes criatórios. Para contar a história de si, conta-se sobre seus cavalos; os pais deles, os avôs deles, o sangue deles, e sobre seus parentes; seus primos, seus pais, seus tios, seus “tretavós”.

3. “A NOSSA CASA”

Diferente dos textos expostos anteriormente, em “*Bela Cruz: Rastros de uma memória (1810-2010)*”, como o nome do texto indica, Francisco Darci Meirelles Junqueira realiza um esforço de pensar os caminhos de formação e estabelecimento dos animais de sua linhagem, a fazenda Bela Cruz. Por meio da junção do que o autor chama de “casos”, histórias contadas oralmente, que perpassam a criação dos cavalos Mangalarga Marchador. O texto é composto por sete capítulos em que o autor se dedica a contar a história da fazenda Bela Cruz e seus cavalos. O livro conta uma análise sobre a famílias, os cavalos, os cachorros de caçada e as vacas holandesas, gado leiteiro, desde a fundação da casa em 1810 até 2010, ano de publicação do texto.

É importante ressaltar que este texto se diferencia dos demais não por ser sobre uma linhagem específica, mas também devido ao fato de que o autor é também herdeiro da fazenda Bela Cruz, de maneira que ele busca contar sua própria história e de sua criação. Tanto que a primeira página do livro consiste na genealogia do autor, que começa nos contando sua história a partir do patriarca da família, traçando uma conexão de filhos

¹² Escolhi não analisar estes relatos aqui, já que devido ao tamanho de seu potencial analítico acredito que este material necessite de um esforço a parte.

e primos até chegar a Francisco Darci Meirelles. Por esta árvore genealógica podemos notar que por vezes as herdeiras das propriedades são as mulheres, mas ainda assim a história é contada por parte de seus maridos. Ao contar a história da fazenda Bela Cruz, Meirelles Junqueira a coloca como centro tanto da história da família, do cavalo e da região.

A fazenda Bela Cruz, segundo Meirelles Junqueira, inicialmente pertencia à Fazenda Campo Alegre de propriedade do patriarca da família João Francisco Junqueira e, posteriormente, seu filho Gabriel Francisco Junqueira, o Barão de Alfenas. Além da fazenda Bela Cruz, Cafundó, Jardim, Narciso, Santo Inácio, Traituba, Favacho e outras fazenda da proximidade faziam parte da Campo Alegre e foram divididas entre os filhos do patriarca e muitas delas se tornaram tanto ramos da família Junqueira quanto linhagens de criação do cavalo Mangalarga Marchador.

De acordo com o autor, as terras que compreendiam a fazenda Bela Cruz ficaram para o terceiro filho de João Francisco Junqueira, José Francisco Junqueira. José Francisco Junqueira foi responsável pela construção da primeira versão da casa em 1790. Essa residência foi demolida após a Revolta de Carrancas em 1833¹³. Após este evento, Gabriel Francisco Junqueira adquiriu a fazenda Bela Cruz. Mais tarde, em 1860, de acordo com o autor do livro, a fazenda passou a ser propriedade de Capitão Prudente dos Reis Meirelles devido a herança de sua esposa, Francisca Junqueira, neta do Barão de Alfenas. Capitão Prudente foi responsável pela reconstrução da sede e a adoção da marca R para representar os animais desta propriedade.

Mais tarde, a posse da fazenda passa para dois irmãos gêmeos e genros do Capitão Prudente: Severino Ribeiro Rezende e Francisco Teófilo dos Reis Junqueira. A partir da década de 1940, a parte correspondente a sede da fazenda fica de posse de Argentino dos Reis Junqueira, que reintroduziu a criação de cavalos Mangalarga Marchador com maior ênfase na fazenda. Além da criação de cavalos, aqui criava-se também cães para as caçadas e a principal atividade economia era o gado leiteiro. Após a morte de Argentino dos Reis Junqueira a fazenda passa seu filho mais jovem e autor do livro, Francisco Darci

¹³ Levante de escravos em 13 de Maio de 1833 na fazenda Bela Cruz, conhecida também como a Revoltada da Bela Cruz. Mais tarde voltarei a falar sobre a revolta fornecendo mais informações sobre o evento.

Meirelles Junqueira¹⁴. Posteriormente, a sede da fazenda foi vendida por Francisco Darci e não pertence mais a família.

No que se refere a criação de cavalos Mangalarga Marchador, Meirelles Junqueira segue por um caminho semelhante ao adotado por Ricardo L. Casiuch para contar sua história. Há poucas diferenças entre ambos no que concerne a maior influência genética na origem do cavalo Mangalarga Marchador, sendo que a maior divergência está no fato de que o autor aponta o cavalo “Sublime” como o verdadeiro garanhão responsável para origem da raça, ele coloca ainda que este animal seria o cavalo Alter, presente de Dom Pedro para o Barão de Alfenas. Meirelles Junqueira, também vai além ao não se limitar nas linhagens de formação do cavalo Mangalarga Marchador, trazendo criatórios mais recentes para a análise e criticando também uma aproximação entre o Mangalarga Marchador e o Mangalarga Paulista. Além disso, o autor também destaca sua própria contribuição para o melhoramento da tropa da Bela Cruz, juntamente com o auxílio de seu pai Argentino dos Reis Junqueira.

A análise de Meirelles Junqueira é uma forma de olhar praticamente oposta à dinâmica apresentada por Bortoni, já que este visava vislumbrar a história do cavalo por meio da família e aquele buscava ilustrar a história da família por meio do cavalo. O autor destriça muito mais as relações de parentesco para além do cavalo e por meio deste contraste podemos constatar a forma como as mulheres somente figuram nas histórias sobre a criação do cavalo Mangalarga Machador. A história passa direto de seus pais para seus maridos, sendo elas personagens secundárias de tais tramas históricas do Mangalarga.

O caso da linhagem Bela Cruz serve como um claro exemplo disso, já que seguindo a árvore genealógica que passa do patriarca da família ao último proprietário, podemos constatar que a linhagem direta de herança da família passa muitas vezes entre mulheres, sendo que essas mulheres acabam desaparecendo das histórias frente a seus maridos, de forma que está outras famílias, assim como as mulheres, aparecem somente como figurantes e suas atividades não são descritas em nenhum momento. Assim o livro produzido por Meirelles Junqueira não trata de uma história do cavalo nem de uma consanguinidade, mas sim uma história da casa e seus senhores.

¹⁴ Atualmente após a morte de Francisco Darci Meirelles Junqueira, em 2014, sua viúva Else Norremose Junqueira assumiu o criatório.

4. CRIAÇÃO DE CAVALOS E DE PARENTES

Procuro para os fins deste trabalho pensar a forma de criar cavalos Mangalarga Machador, e até mesmo a própria existência da raça, como intimamente ligada a um sistema de trocas e de parentesco. Procuro comprovar isto, a partir dos livros trabalhados acima, se fazendo necessário também uma singela apresentação dos chamados sistemas da dádiva e a importância desses sistemas para uma análise que dedique a pensar questões que envolvam parentesco por meio de dois autores clássicos e responsáveis por inaugurar essa discussão: Marcel Mauss e Lévi-Strauss.

Para Marcel Mauss em “*O Ensaio da Dádiva*” a principal preocupação da investigação reside em identificar a forma com os homens se relacionam e produzem relações de aliança a partir da troca de presentes, ou seja, como a troca é fundamental para o funcionamento das sociedades e não pode ser analisada como um mero sistema de mercado. O principal prisma da troca é a obrigatoriedade entre dar e receber, segundo o autor. De forma que dar, o quer que seja, hoje faz com que eventualmente você vá receber; existe então uma espécie de contrato implícito e não individual entre as pessoas que compõem aqueles sistemas.

De forma que a dádiva gera um sistema de trocas e as relações são produzidas por ele. O que garante o funcionamento desses sistemas é a obrigatoriedade em trocar, ou seja, dar e receber algo de igual valor. Segundo Mauss, a dádiva não está restrita a nenhum objeto, sendo uma espécie de personificação das coisas. Ela pode ser observada na forma de presentes, visitas, festas, heranças, pessoas, títulos e várias outras formas que envolvem circulação de riquezas. Assim, a dádiva não é a “coisa”, nem o ato, mas a relação de trocar. As particularidades de cada sociedade orientam as regras pelas quais a troca é regularizada em diferentes tempos e locais.

De todos esses temas muito complexos e dessa multiplicidade de coisas sociais em movimento, queremos considerar aqui apenas um dos traços, profundo mais isolado: o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre gratuito e no entanto obrigatório interessado, dessas prestações. Elas assumiram quase sempre a forma do regalo, do presente oferecido generosamente, mesmo quando, nesse gesto que acompanha a transação há somente ficção, formalismo é mentira social, e quando há, no fundo, obrigação interesse econômico. E não obstante indicarmos com precisão os diversos princípios que deram Esse aspecto a uma forma necessária da troca- Isto é, da própria divisão social do trabalho-, vamos estudar a fundo somente um de todos esses princípios. Qual é a regra de direito

e de interesse que, nas sociedades de tipo atrasado ou arcaico, faz que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído? Que força existe na coisa dada que faz que o donatário a retribua? (MAUSS, pg.187; 188)

Como aponta Mauss no trecho citado acima o ato de trocar não está livre de uma dinâmica que envolva a questão de interesse, pois inserido nesse sistema de trocar o presente não pode ser compreendido fora da ótica da retribuição e que de alguma forma se equipare ao que foi dado, caso contrário, existe uma quebra no funcionamento do sistema. Assim, a dádiva se encontra separada da dualidade entre generosidade e egoísmo ou espontaneidade e obrigatoriedade, de forma que a dádiva se localiza entre elas. Ainda é necessário destacar que este sistema também é uma forma de estabelecer e transparecer hierarquias presentes dentro desses contextos. Mauss destaca, nesse sentido, a experiência dos *potlach* em que a disputa hierárquica se dá por meio de uma cerimônia em que os chefes disputam suas rivalidades por meio da distribuição de presentes, mostrando quem é mais generoso. Outra forma de outra analisada pelo autor é o *kula* que, diferente do *potlach*, não está pautada em uma disputa de hierarquias, mas ainda assim a troca de colares no *kula* indica uma ordem de prestígio.

Mauss ainda desenvolve um paralelo entre a dádiva nestas sociedades e o que seria a dádiva nas sociedades ocidentais. Nessas últimas, a troca se daria por meio de relações comerciais de compra e venda, de maneira que o sistema de dádiva praticado por essa sociedade tenha passado ao mercado com um tempo, de uma forma não evolutiva. De maneira que existe uma convivência entre o mercado e a dádiva, na qual estes sistemas ora estão em conflito, ora enraizados uns nos outros. Dessa forma nas sociedades modernas a coisa comprada/vendida continua possuindo alma.

Lévi-Strauss (1976) vai ainda mais fundo ao pensar as estruturas de dádiva e aliança, como estruturas elementares para o parentesco humano e estabelecendo “o princípio da reciprocidade” como algo universal entre os sistemas da dádiva. De forma que o autor busca compreender o ponto de passagem em que a ordem da natureza se torna a ordem da cultura. Segundo ele, a divisão entre natureza e cultura atualmente não pode ser observada já que uma se sobrepõe a outra. Assim é impossível realizar uma separação entre natureza e cultura atualmente, é possível somente vislumbrar como essa passagem se deu no passado. Para Lévi-Strauss, este momento da passagem se dá por meio do parentesco e este só é possível se construído a partir da criação da regra universal de

proibição do incesto que obriga a relação de um sistema de troca de pessoas entre diferentes “clãs”.

Em busca de uma regra universal que fosse válida entre todos os povos, Lévi-Strauss encontrou este princípio fundamental da sociedade na ilegalidade do incesto. A regra em si consiste na proibição, já que o que não existe é a não proibição e possui em todos os contextos um caráter sagrado. É considerado por todos com um dado a priori, pré-social, e existe uma espécie de nojo ou repulsa em relação a prática. O autor ainda critica os sociólogos que analisaram povos e comunidades tradicionais até então, pois, buscam uma universalidade sem considerar as diferentes interpretações da regra, ou seja, as particularidades de cada cultura.

A regra do incesto apesar de ser universal também é particular de cada sociedade. Doravante a interpretação acerca do que é ou não considerado incesto é variável de acordo com a cultura de cada povo, porém, em toda sociedade existe uma espécie de regra que regulamenta as relações sexuais e de matrimônio. Segundo Lévi-Strauss, outros princípios que poderiam ser considerados universais não são suficientes para serem considerados assim ou são problemas próprios do surgimento da sociedade e não seriam pré-sociais, como por exemplo, a proibição do suicídio, uma vez que este não existiria na natureza, pelo menos não de forma intencional.

Porque a proibição do incesto apresenta, sem o menor equívoco e indissolivelmente reunidos, os dois caracteres nos quais reconhecemos os atributos contraditórios de duas ordens exclusivas, isto é, constituem uma regra, mas uma regra que, única entre todas as regras sociais, possui ao mesmo tempo caráter de universalidade (Levi-Strauss:1976, p. 47).

Também decorre da proibição em se relacionar com aqueles considerados parentes próximos a necessidade de realizar um intercâmbio de pessoas, “troca de mulheres”, que permite a formação de alianças e associações políticas, contribuindo assim para a formação das sociedades. Dessa maneira surge a questão sobre o surgimento da regra do incesto. Lévi-Strauss contesta as outras teses, anteriores a ele, sobre o tabu do incesto, que são pautadas no determinismo biológico, assim ele propõe que esta regra tem sua origem na/da cultura. É a partir da proibição do incesto que surge um vínculo indissociável entre natureza e cultura, que resulta em uma síntese dinâmica entre ambas.

“O problema do Incesto” então, é destinado a tratar sobre isso, pois a criação das regras envoltas a proibição do incesto seria a criação da primeira regra cultural que as

sociedades desenvolvem. Além disso, o tabu do incesto se mostra de forma particular em cada sociedade, mas também de forma universal, pois em todas as sociedades existem regras que são destinadas a regular as relações sexuais e de matrimônio, resultando nas estruturas de parentesco. Assim a troca como fundação do parentesco, para Levi-Strauss, acontece a partir da proibição do incesto em que o casamento não poderia ser realizado diretamente com parentes, criando a necessidade da troca de pessoas entre diferentes clãs. De forma que a troca de pessoas influencia diretamente na estrutura de parentesco, pois permite a construção de alianças sociais através do matrimônio que não podiam ser feitas somente pelos laços sanguíneos iniciais.

Vale destacar ainda, que para o autor é possível explicar a questão da reciprocidade a partir da troca de pessoas, pois de certa forma “ceder” uma noiva se mostra também como uma obrigação, a mulher não é uma simples troca de artefatos, pois se mostra como o “presente” supremo do sistema de trocas em que o “sistema das obrigações conduz ao casamento” (LEVÍ-STRAUSS, 1976, p.106). A regra do incesto também se baseia na reciprocidade, pois só se abre mão de pessoas para realizar a troca se os outros também abrirem mão de suas pessoas.

Dito isto, vale agora pensar como e por que o Mangalarga Marchador se insere em uma espécie de sistema da dádiva. Os próprios fatores que culminaram no surgimento de suficientes características que identificam este animal como uma raça única só foi possível com a realização de repetidas trocas entre os criadores daqueles períodos. Independente de qual ponto de vista se tenha em mente, quer tenha como figura central o cavalo Alter ou não, todos concordam com o fato de que outras diferentes raças compunham este cenário, sejam nomeadas ou não. O cavalo Mangalarga Marchador é antes de mais nada o resultado de repetidas trocas entre parentes e vizinhos.

Em diversos momentos dos livros sobre a origem do Mangalarga Marchador é a troca de animais entre pais e filhos, vizinhos, primos, tios e sobrinhos, etc, que proporciona a criação de novas linhagens, ganhos, criatórios e até mesmo raças. Tomando como exemplo algumas das linhagens de base e suas origens, o criatório da fazenda Favacho se iniciou por João Francisco Filho, depois passou para seu filho José Frausino e o cavalo mais importante dessa linhagem, o Fortuna, também citado por Casiuch e Meirelles Junqueira, foi fruto de uma transação entre José Frausino e seu irmão Francisco Antônio Junqueira. O criatório da fazenda Traituba, vizinha da fazenda anterior, iniciou-se após o casamento de uma das filhas, não nomeada, de João Pedro

Diniz Junqueira com José Frausino Fortes Junqueira. Já no criatório considerado o “tronco” do Mangalarga Marchador, a fazenda Campo Alegre, pertenceu ao patriarca da família Junqueira, João Francisco Junqueira, e depois passou para seu filho Gabriel de Andrade Junqueira, o barão de Alfenas, dois filhos deste possuem um destaque especial na história do cavalo Francisco Gabriel de Andrade Junqueira, ou “Chiquinho do Cafundó”, nas fazendas Cafundó e Tabatinga e Antônio Gabriel Junqueira, na fazenda Narciso.

Essa análise pode ser ainda mais evidente ao nos voltarmos para a história de animais específicos que compõe este cenário a partir do texto produzido por Casiuch. Como o caso dos potros Fortuna, em que o primeiro cavalo com este nome deixou descendentes com Antônio Bernardino Franco, genro de Francisco Antônio Junqueira. Este filho do cavalo Fortuna teria sido dado com um presente mais tarde para o dono do primeiro animal, José Frausino. Este animal chamado de Fortuna II por Casiuch, foi utilizado como reprodutor na fazenda Favacho e mais tarde foi levado para a fazenda Invernada, propriedade de Francisco Antônio Junqueira, filho de José Frausino. O mesmo ocorre com todos os outros animais, como o cavalo Telegrama Velho, propriedade de “Chiquinho do Cafundó”, que teve filhos na fazenda Melancias em Uberaba de Francisco Antônio Junqueira, primo de “Chiquinho do Cafundó”, mas também teve grande influência nos plantes do “Capitão Chico” e de seu filho Cel. Francisco Orlando Diniz Junqueira.

Os próprios nomes dados as linhagens e afixos são também provas da ligação entre à tríade cavalo-família-parentesco, já que que esses nomes, geralmente, são escolhidos com referência à fazenda ou haras. Assim, os nomes da descendência estão ligados às fazendas e às marcas que representam esses afixos aos proprietários das terras. As marcas, que são literalmente os símbolos com que os animais são marcados, dizem respeito aos nomes dos proprietários. Podemos tomar como exemplo um dos casos já citados acima da fazenda Campo Lindo, de linhagem e afixo de mesmo nome, em que a marca é JB, em referência ao seu primeiro proprietário chamado José Bráulio. O mesmo podemos observar por meio de outras denominações e seus proprietários. A marca do afixo Favacho é JF em referência a João Francisco, a marca da fazenda Traituba é também um JF, porém junto, devido a José Frausino Fortes. O sufixo Bela Cruz adota a marca R, por causa de uma de seus proprietários chamado Prudente dos Reis Meirelles. Outros criatórios, bem mais recentes, também seguem o mesmo padrão como o sufixo Santa

Esmeralda, cuja marca é GEO devido a seu proprietário Adolfo Geo Filho. Também o sufixo Mandassaia que é representado por K já que o nome do criador é Kleber Bernardes da Silva. Vale observar que o padrão observado acima não é uma regra fixa, então, pode haver exceções.

Assim a chamada criação de cavalos se torna parte da fazenda, de seu proprietário e das gerações futuras também, já que o afixo é transmitido via herança. Isso também faz com que as trocas realizadas, muitas vezes por parentes, sejam carregadas de uma parte de quem dá e uma parte de quem recebe. Assim como aponta Mauss, na troca se realiza uma personificação da coisa e por meio delas criam-se relações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço que tentei empreender a partir desde breve trabalho foi de investigar as relações de parentesco entre as famílias sul mineiras e a criação de cavalos e a importância desta relação para a própria formação da raça. Para tanto, me dediquei a repensar estas relações a partir de textos produzidos por e para criadores que contam a mesma história sobre diferentes pontos de vista.

Assim os três textos escolhidos podem ser separados pelos eixos: família, sangue e casa. Já que cada um deles parte, respectivamente, destes analíticos eixos para então construir a narrativa sobre a formação do cavalo Mangalarga Marchador em torno deles. A partir da análise realizada, procurei perceber a existência de um sistema de dívidas presentes na forma de se relacionar dessas famílias. Pude constatar assim que o Mangalarga Marchador é resultado do sistema de trocas pautado pelo ofício de criar cavalos no qual está inserido e ao mesmo tempo produtor do mesmo. Além disso, a criação de cavalos também é uma forma pela qual estas pessoas compartilham sua própria identidade, uma forma de constituir relações de parentesco.

Vale destacar que esta reflexão é apenas um primeiro exercício de uma empreitada maior a que me dedico a pensar as questões de gênero e parentesco neste cenário atualmente. De maneira que este trabalho serviu para que conseguíssemos mensurar de forma razoável os termos destas relações e a importância do cavalo para a imagem que estas pessoas produzem de si próprias. De forma que o cavalo compartilha o mesmo sangue que a família, na medida em que além de transmitir a identidade da mesma ele

também carrega uma herança genética por meio do sangue, que remete aos “chefes” das linhagens, sejam os garanhões ou os fazendeiros.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DO CAVALO MANGALARGA MARCHADOR. ABCCMM. Disponível em: <<http://www.abccmm.org.br> > Acessado em: 5 de Junho de 2019

BORTONI R. F.; Mangalarga Marchador: E os outros cavalos de sela do Brasil. Uberaba. MG: Grupo Rotal, 1990.

CABRAL, G. C. et al. Avaliação Morfométrica de equinos da raça Mangalarga Marchador: Conformação e proporções corporais. Revista Brasileira de Zootecnia, Viçosa, v. 33, n. 6, p.1798-1805, 2004

CASIUCH, Ricardo L. As costelas do abismo: a história do cavalo real. Essential idea. São Paulo, 2016.

GEERTZ. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora.

LÉVI-STRAUSS, C. 1976 [1949]. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes. (Capítulos 1, 2, 3 e 5). P. 41-81; 92-107.

LEVI-STRAUSS, C. 2004[1950]. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: M. MAUSS. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.

MAUSS, Marcel 2004 [1923-1924]. *Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques*. In Mauss, M. . *Sociologie et Anthropologie*. Paris: PUF, pp. 145-279. [Trad: *Sociologia e Antropologia*, São Paulo: Cosac & Naify, 2003]

PEDROSO LIMA, Maria Antónia. Grandes Famílias, grandes empresas: ensaio antropológico sobre uma elite de Lisboa. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa Lisboa. 1999 (2003)

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. 2010 Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais. Estudos Sociedade e Agricultura, outubro de, vol. 18, n. 2, p. 393-433